

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ
HELOISA PAULO
COORD.



A CULTURA DO PODER

A PROPAGANDA NOS ESTADOS AUTORITÁRIOS

**COLECIONANDO HERÓIS E INIMIGOS:
ÁLBUNS, PANFLETOS E MANUAIS DE PROPAGANDA
DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930-1945)¹**

Maria Luiza Tucci Carneiro

Entre 1930 e 1945 circularam no Brasil, então governado por Getúlio Vargas (1882-1954), as mais diferentes formas de propaganda política que, liderada pelo poder instituído, tinha como objetivo promover heróis e incriminar os inimigos do regime. Álbuns de figurinhas e de fotografias exaltavam as lideranças brasileiras, assim como os feitos do Terceiro Reich, admirado por suas conquistas. A narrativa oficial - ao contrário daquela que persistiu durante a Primeira República (1889-1930) fundada na ideia de ausência - pautava-se pela presença de Vargas em todos os círculos das esferas públicas, destacado inicialmente como revolucionário de 1930, depois como “trabalhador n.º 1 do Brasil”, e finalmente, como presidente eleito pelo povo, apesar do golpe ditatorial de 1937.²

Exposições iconográficas, panfletos e cartões postais produzidos por órgãos governamentais e policiais, se prestavam para legitimar as ações de repressão aos “inimigos da pátria”, assim como para

¹ A versão completa desta pesquisa será publicada no livro *Panfletos Subversivos*, da autoria desta mesma autora, pelo Ateliê Editorial (no prelo),

² HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de Representação Política. O Experimento da Primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

fortalecer a imagem de nação forte para um Brasil moderno. Ao endossar os paradigmas de comunicação adotados pelos regimes totalitários alemão e italiano, o governo brasileiro contribuiu para fomentar uma cultura que, durante décadas, serviu para sustentar mitos políticos. Após o levante comunista de 1935, o governo procurou dar visibilidade aos atos de prisões aos comunistas, obcecados que estavam pela ideia de “perigo vermelho”.

Fragmentos desta cultura política brasileira podem ser consultados nos arquivos do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, fundado em 1938 e do DEOPS/SP- Departamento Estadual de Ordem Política e Social, a Polícia Política do Estado de São Paulo, criado em 1924. Enquanto censor, o DIP cuidava de calar as vozes destoantes dos diversos segmentos sociais que tentavam se posicionar contra o regime e os líderes da *entourage* de Vargas. Roubando a fala do povo, o DIP procurava manter a propaganda sistemática de legitimação do regime. Expressivos desta postura autoritária e populista são os estudos desenvolvidos pelos historiadores Silvana Goulart, Adalberto Paranhos e Maria Helena Capelato.³

A Polícia Política, enquanto aparato repressor, dedicou-se a vasculhar os porões da sociedade em busca dos inimigos do regime. Durante décadas, os comunistas foram eleitos “inimigos n.º 1” do Estado brasileiro, seguidos dos socialistas, anarquistas, judeus, maçons, negros, japoneses e ciganos, dentre outros grupos políticos e/ou étnicos avaliados como indesejáveis. Movido por lógica própria – a da desconfiança – e com a função específica de purificar a sociedade das ideologias e das “raças” ditas “malditas” ou “perni-

³ GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial. Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1990; PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala. Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999; CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus; Fapesp, 1998.

ciosas” à ordem social, a Polícia Política aprimorou sua técnica de arquivar documentos confiscados diretamente dos seus produtores. Ao mesmo tempo, guardou em pastas próprias, inúmeros registros produzidos pela Secretaria de Segurança Pública idealizados com o propósito de orientar seus funcionários a identificarem e combaterem os subversivos da ordem, no caso, os comunistas.

Ações semelhantes foram também promovidas pelo órgãos de propaganda do Estado dedicados a interferir na mentalidade da população que, diariamente, era seduzida pela visão de futuro oferecida por um discurso salvacionista. Nas narrativas oficiais, Getúlio Vargas emerge como o herói que, sem derramar sangue, chegou para salvar o país do caos gerado pela “velha” República brasileira, cuja imagem se fazia construída com base em um passado forjado. A culpa era atribuída ao liberalismo que, incapaz de organizar a vida pública, havia instalado a instabilidade e a desordem social.

A propaganda oficial norteava o senso comum procurando conquistar certos segmentos sociais a colaborar com o processo de “higienização política” transformando-os em cidadãos coniventes com o Poder, a violência física e simbólica. Assim como na Alemanha nazista – guardadas as proporções entre os regimes totalitário e autoritário - o governo brasileiro procurou doutrinar os jovens através da educação e de organizações à exemplo da *Juventude Brasileira*, cujo projeto inicial foi apresentado em 1938 com o aval de Francisco Campos, então Ministro da Justiça.⁴ A proposta previa a criação da *Organização Nacional da Juventude*, instituição de âmbito nacional e caráter paramilitar, nos moldes das organizações fascistas existentes na Alemanha e Itália. O projeto foi reformulado mediante sugestões de Gustavo Capanema, Ministro da Educação durante o Estado Novo

⁴ CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981, p. 168.